



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 17 de dezembro de 2024.

Edição 4315 | Páginas: 18

9ª LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA | 67º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Rárison Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jorge Everton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárison Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Armando Neto;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Idázio da Perfil;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Rárison Barbosa – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Internacionais, de Ciências, Tecnologia e Inovação:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputado Armando Neto;
- f) Deputado Chico Mozart;
- g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
- g) Deputado Coronel Chagas – 2ª Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águida Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárison Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Idázio da Perfil;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 49ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 02
- Ata da 50ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 05
- Ata da 51ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 09
- Ata da 52ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura 12

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Errata da Resolução nº 6943/2024 18

Superintendência de Compras

- Pregão Eletrônico nº 006/2024 - Resultado do Procedimento Licitatório 18

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2024, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quadragésima nona Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos os presentes. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a ata da Sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Decreto Legislativo n. 87/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às irmãs Missionárias da Consolata, e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 88/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Instituto das Irmãs Missionárias da Consolata, e dá outras providências”; Indicação n. 396/2024, de autoria da deputada Angela Águida Portella; Indicações n.ºs 397 e 398/2024, de autoria do deputado Armando Neto; Pedido de Informação n. 49/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que requer esclarecimentos do Secretário de Estado da Educação e Desporto acerca da reforma da Escola Estadual Henrique Dias, situada no município de São João da Baliza, bem como a previsão de entrega dessa obra; Moção de Aplausos n. 53/2024, de autoria do deputado Éder Lourinho, pelo Dia Nacional do Radialista, comemorado no dia 7 de novembro; Requerimento n. 137/2024, de autoria dos deputados Armando Neto e Angela Águida Portella, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 221/2024; Requerimento n. 138/2024, de autoria da Comissão Especial criada nos termos do Ato da Presidência n. 14/2024, que requer prorrogação de prazo por igual período; Memorando n. 91/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 6 e 7 de novembro de 2024.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura do Expediente. Solicito ao primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Não há oradores inscritos, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo oradores inscritos, partimos para a Ordem do Dia. Temos 18 deputados presentes, no painel, mas vou zerar para que os deputados possam confirmar suas presenças e verificarmos se há quórum para deliberação de matéria. Temos três deputados on-line.

Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **Projeto de Lei n. 169/2023**, que “institui a Semana de Mobilização da Juventude” (com emenda), de autoria do deputado Éder Lourinho; **Projeto de Lei n. 12/2024**, que “dispõe sobre o incentivo à criação de Consórcios Intermunicipais Agropecuários (Parceiro do Agro) no estado do Roraima”, de autoria do deputado Dr. Meton; **Moção n. 53/2024**, de Aplausos “pelo Dia Nacional do Radialista, comemorado no dia 7 de novembro”, de autoria do deputado Éder Lourinho; **Projeto de Decreto Legislativo n. 81/2024**, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima (Crea/RR), e dá outras providências”, de autoria do deputado Gabriel Picanço; **Projeto de Decreto Legislativo n. 84/2024**, que “concede a Comenda Orgulho de

Roraima às pessoas que indica, e dá outras providências”, de autoria do deputado Gabriel Picanço; **Projeto de Decreto Legislativo n. 85/2024**, que “concede a Comenda Ordem do Mérito Legislativo às pessoas que indica, e dá outras providências”, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

Item 1, Projeto de Lei n. 09/2024, de autoria do Poder Executivo, ainda não tem consenso sobre a matéria, visto que está tramitando nas comissões, transiro para a Sessão seguinte.

Item 2, Projeto de Lei n. 169/2023, que “institui a Semana de Mobilização da Juventude” (com emenda), de autoria do deputado Éder Lourinho. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 169/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. O parecer das comissões foi pela aprovação da matéria, e o parecer da procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria. Coloco-a em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na. Lembrando que há emendas ao projeto.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Registro a presença, nas nossas galerias, do vereador e presidente da Câmara do município de Amajari, Kleudson, candidato a prefeito do município e que bateu na trave nas últimas eleições. Obrigado e sucesso na sua caminhada.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 169/2023, de autoria do deputado Éder Lourinho.

Item 3, Projeto de Lei n. 249/2023, de autoria do deputado Chico Mozart. O deputado não se encontra presente para fazer a defesa da sua proposição, sendo assim, transiro para a Sessão seguinte.

Item 4, Projeto de Lei n. 260/2023, de autoria do deputado Armando Neto. O deputado também não se faz presente para fazer a defesa do seu projeto. Transiro para a Ordem do Dia da Sessão seguinte.

O item 4, Projeto de Lei n. 272/2023, de autoria da deputada Joilma Teodora. A deputada também não se encontra presente. Transiro para a Sessão seguinte, o projeto de autoria da deputada.

Projeto de Lei n. 012/2024, de autoria do deputado Dr. Meton que participa da Sessão de modo virtual.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da emenda, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 012/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 012/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Lembrando que as comissões aprovaram a matéria, e o parecer da procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria.

Solicito abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Senhor Presidente, Dr. Meton vota “sim”. Estava com dificuldade aqui na internet.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dr. Meton vota “sim”, peço para que seja registrado o voto dele. Continua em aberto a votação. O deputado Gabriel Picanço registrou o voto. Como vota a deputada Catarina Guerra? A deputada Catarina Guerra vota “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 012/2024, de autoria do deputado Dr. Meton.

Item 7, Projeto de Decreto Legislativo n. 054/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge. O deputado não se encontra presente. Transiro para a Sessão seguinte.

Projeto de Decreto Legislativo n. 081/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço, o deputado não se encontra presente. Transiro para a Sessão seguinte.

Item 9, Projeto de Decreto Legislativo n. 084/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço. Não se encontra presente. Transiro para a Sessão seguinte.

Item 10, Projeto de Decreto Legislativo n. 085/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço. Não se encontra presente. Transiro para a Sessão seguinte. O deputado Gabriel está com a presença registrada no painel.

Item 11, Moção de Aplausos n. 053/24, de autoria do deputado Éder Lourinho. Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura da Moção.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a Moção de Aplausos n. 053/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da Moção de Aplausos, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Aplausos n. 053/24, de autoria do deputado Éder Lourinho.

Antes de encerrar a Ordem do Dia, senhoras e senhores deputados, quero dar publicidade à Comissão Especial criada pelo Ato da Presidência n. 024/2024, que cria a Comissão Especial para analisar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n. 167/2024. Essa Comissão Especial que vai tratar do projeto de lei para a proibição ou não da pesca do tucunaré. Compõem essa comissão o deputado Armando Neto, deputada Catarina Guerra, deputado Coronel Chagas, deputado Gabriel Picanço, deputado Odilon, deputado Soldado Sampaio, deputado Jorge Everton. Pergunto se mais algum deputado tem interesse em participar dessa Comissão Especial? A comissão que vai emitir parecer sobre o Projeto de Lei do Poder Executivo n. 167/2024, que trata da prorrogação ou não da pesca do tucunaré.

Dou publicidade também, por meio do Ato da Presidência n. 027/2024, que cria a Comissão Especial para analisar a necessidade e oportunidade de proceder à correção dos limites geográficos do município do Cantá, Caracará e São Luís. Compõem a comissão os deputados: Catarina Guerra, Marcos Jorge, Odilon, Aurelina Medeiros, Gabriel Picanço, Éder Lourinho, Joilma Teodora, Isamar Junior, Rárisson Barbosa, Jorge Everton e Marcelo Cabral.

Temos um pedido do deputado Gabriel Picanço, para colocarmos em votação um projeto de decreto legislativo de sua autoria, que em virtude da Sessão de homenagem aos servidores do Crea, que será na próxima semana, há necessidade de votarmos ainda hoje. Então, atendendo ao pedido do deputado Gabriel Picanço, que está a caminho, volto a discutir a matéria.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Tem algum ato da presidência para a formação da comissão para minha PEC?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Eu anunciei ontem, e já está publicada a formação da comissão, deputado Lucas.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da emenda, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 081/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 081/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita leitura da emenda, parecer e voto. O parecer da comissão foi pela aprovação da matéria, o relator foi o deputado Armando Neto. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria. Pergunto se podemos votar de forma simbólica a matéria? Em votação, os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 081/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

Projeto de Decreto Legislativo n. 084/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço. Solicita a leitura da emenda, parecer e voto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 084/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita leitura da emenda, parecer e voto. O parecer da comissão foi pela aprovação da matéria, o relator foi o deputado Armando Neto. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação se dará de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 084/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço

Projeto de Decreto Legislativo n. 085/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço. Solicito a leitura da emenda, parecer e voto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lida a ementa, parecer e o voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 085/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita leitura da emenda, parecer e voto. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação se dará de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 085/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

Senhoras e senhores damos por encerrada a Ordem do Dia. Mas, antes de passar para as Explicações Pessoais, quero fazer dois comunicados. Um através da Comissão de Orçamento desta Casa e o outro é um convite: comunicamos que amanhã, dia 7 de novembro, a partir das 9h, ocorrerá a audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 167/2024, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a proibição da pesca do tucunaré da Amazônia e sobre a pesca esportiva nos rios de Roraima, Univini, Itapará, Xeruini, Jufari e dá outras providências”. Além, da discussão do projeto terá uma participação efetiva da classe empresarial do setor da pesca esportiva e estarão presentes em massa as entidades que representam o setor de pesca no estado de Roraima. Nessa audiência serão discutidas outras pautas como a revisão do acordo de pesca, o auxílio-pesca para Roraima e outras matérias que são do interesse da categoria dos pescadores. Então, eu quero convidar todos os senhores deputados, em especial a comissão que foi publicada que irá relatar a matéria.

Se não houver nenhuma discordância, eu estou na comissão, eu vou presidir a Comissão Especial, convido o deputado Odilon para ser relator da matéria. Então, eu queria a participação de todos os senhores deputados até para que possamos subsidiar esse debate e fazer os ajustes necessários na lei, caso a comissão entenda que seja necessário. Então, eu queria convidar os senhores deputados que a partir de amanhã às 9h30, teremos essa audiência pública no meu ponto de vista de grande relevância.

Quero também, anunciar por meio da presidente da Comissão de Orçamento e da relatora, deputada Aurelina Medeiros, que o link estará disponível a partir de hoje para colher sugestões para a peça orçamentária. Passo a palavra à deputada Catarina Guerra para fazer o convite a todos e, logo em seguida, à deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Obrigada, presidente. Quero agradecer a toda a assessoria desta Casa que, prontamente, colocou a oportunidade de podermos debater, de aproximar a população, de colher informações que querem nos apresentar. Essa consulta dá essa proximidade, ela faz com que possamos colher essas informações, entender a dinâmica, entender os anseios, entender as maiores dificuldades, pode ter certeza de que vamos colher e fazer a análise de cada uma delas.

Volto a dizer que essa consulta vai ficar vigente até o final do mês para que possamos fazer esse levantamento dos dados, repassar para a relatoria do orçamento e repassar para todos os outros deputados para tomarem ciência de quais os rankings, de quais os pontos a população tem nos apresentado. Então, só agradecer mais uma vez e registrar que é um acesso rápido, prático, onde você se identifica com a sua idade, com seu sexo e coloca os pontos da matéria, o assunto sobre o qual você quer e deixar alguma consideração final.

Aguardo a participação de todos da população, eu tenho certeza de que será recorde de participação novamente como foi no ano passado. Eu tenho certeza de que as informações trazidas vão ser aptas para acolhermos. Então, reafirmo que o link para a apresentação de sugestões, de indicações, de emendas para a Loas está aberto, através do nosso site da Assembleia. Agradeço mais uma vez a todos os envolvidos. Muito obrigada, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Com a palavra a relatora do orçamento, deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Senhor presidente, senhores deputados, o posicionamento da nossa presidente da Comissão do Orçamento é colher informações para poder respaldar no final do mês uma audiência pública aberta à população.

Lembrar sempre que, o orçamento é uma peça do Poder Executivo, que nós temos limites para mudanças, inclusive essas mudanças sempre existem através de emendas de deputados, emendas de comissão, para não se criar expectativa de que foi pedido muita coisa para a Assembleia e que não conseguimos atender.

Lembrando sempre, os nossos limites para o atendimento dessas demandas têm que ser feitos através de emendas de parlamentares e que nós temos vários limites para atender as demandas que vierem. Mas elas serão colhidas com todo o bom grado para nos respaldarmos durante a nossa audiência pública que será realizada antes da votação do orçamento, obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigada, deputadas Catarina Guerra e Aurelina Medeiros. Determino à nossa equipe de Comunicação que dê a maior publicidade aos órgãos oficiais de comunicação e solicito o apoio da mídia do nosso estado para divulgar esse link criado pela Comissão de Orçamento desta Casa para colher as informações e as contribuições em torno da proposta orçamentária para 2025.

É muito importante nós ouvirmos e sabermos das limitações, o quanto o lençol é curto. Mas, isso não nos impede, pelo contrário, nós somos obrigados enquanto representantes do povo a ouvir as pessoas, identificar as maiores necessidades das pessoas e a gente, de alguma forma, encontrar dentro desse lençol curto que é o orçamento, as prioridades e

adicioná-las dentro da proposta orçamentária para o ano que vem. Então, lembrando que a peça orçamentária é de iniciativa do Executivo, mas quem autoriza a aplicação do orçamento é este Poder, que é a Casa que representa o povo. Quero aqui pedir para os deputados que possamos nos debruçar sobre a proposta orçamentária e, ao mesmo tempo, pedir essa contribuição da sociedade roraimense nesta discussão.

Dou por encerrada a Ordem do Dia. Partimos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Explicações Pessoais, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Explicações Pessoais, deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhores deputados, eu gostaria da atenção de todos por um minuto, que o assunto que irei tratar no expediente de Explicações Pessoais é de interesse de todos os deputados, é de interesse do Parlamento e, acima de tudo, das nossas prerrogativas parlamentares. O Poder Legislativo muitas vezes é colocado de lado em detrimento a outros poderes. Eles esquecem que a Constituição Federal nos trata de forma igual. Porém, de forma rotineira, nós acompanhamos na política, o Poder Executivo se arvorando de um orçamento, achando que ele é dono do dinheiro arrecadado no estado. Muitas vezes, governadores deixaram de cumprir emendas parlamentares achando que por eles serem os executores do orçamento público, eles usam como forma de barganha ou como acordo político afim de ter apoio e base parlamentar. E nós sempre defendemos que não é dessa forma que o Poder Legislativo tem que ser tratado. As emendas orçamentárias são para atender às necessidades da nossa população e, muitas vezes, o deputado é quem mais conhece e mais anda nesse estado. E, ontem, abriu um precedente que confirma tudo isso que defendemos há anos. O Tribunal de Justiça, ontem, concedeu uma liminar para que as emendas do deputado Soldado Sampaio sejam efetivadas pelo Poder Executivo, pois as emendas parlamentares não podem ser opcionais. O governo não pode escolher qual emenda parlamentar vai atender. Isso mostra a independência do Poder Legislativo e, acima de tudo, o respeito do Poder Judiciário ao nosso trabalho e ao nosso papel. Nós precisamos de forma consciente exercer esse parlamento, e eu quero aqui parabenizar ao presidente por ingressar com a ação, garantindo um direito que é da população de ter as emendas alocadas e atendidas de acordo com o que foi colocado no orçamento. Parabenizar o Dr. Almiro Padilha, por ter proferido essa decisão que, a meu ver, foi uma decisão histórica, que marca de forma verdadeira o respeito à independência do Poder Legislativo e dizer que nós estamos juntos para trabalho, para o que for melhor para o estado, o que for melhor para a população, mas tem que respeitar a prerrogativa parlamentar. O nosso papel é essencial para que o estado continue crescendo, progredindo, evoluindo, e para o bem-estar da população. Nós tivemos governos, deputado Coronel Chagas, horríveis, que destruíram o estado, e graças ao trabalho de união do Parlamento com o Executivo essa história mudou. Mas não se pode confundir, como se o mérito fosse apenas do Poder Executivo: o mérito é dos três Poderes que, de forma harmônica e respeitosa, trabalham em prol da população. Eu quero deixar aqui os meus cumprimentos ao Tribunal de Justiça, por garantir algo que é constitucional a este parlamento. Muito obrigado pela atenção de todos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Explicações Pessoais, deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, eu gostaria de solicitar que fosse retomada a tramitação do projeto de Previdência Complementar. É um projeto que interessa aos parlamentares também e que já está aqui há bastante tempo e que precisamos, urgentemente, retomar a tramitação. Obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acato o requerimento da deputada. Solicito à Superintendência Legislativa que identifique em qual comissão se encontra essa proposição ou em qual relatoria, qual o relator está designado para podermos votar essa matéria, ainda este ano, conforme manifestação da deputada Aurelina Medeiros.

Continua aberto o expediente de Explicações Pessoais. Não havendo mais quem queira fazer uso das Explicações Pessoais, agradeço a presença de todos os senhores deputados que estiveram presentes nesta Sessão de modo presencial e virtual; agradeço todos os servidores desta Casa e aqueles que acompanharam. Antes de encerrar a Sessão, quero registrar a presença em nossas galerias do vereador eleito e da liderança política do município de São Luís do Anauá, Geovane, agora de fato aprovado ontem, é São Luís do Anauá. Então, está aqui o vereador Geovane, obrigado pela presença, sucesso no mandato a ser desenvolvido pelos próximos quatro anos, obrigado pela presença.

E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e quatro minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia doze de novembro, à hora regimental. Registraram presença no painel, os senhores deputados e

as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Éder Lourinho, Gabriel Picanço, Idázio da Perfil, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Neto Loureiro, Odilon, Rárisson Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MARCELO CABRAL (Em exercício)

Às dez horas e dois minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinquagésima Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Bom dia a todos os presentes e aos que nos assistem pela TV Assembleia e Rádio Assembleia.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** — Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 252/2024, de autoria da deputada Catarina Guerra, que “estabelece objetivos e diretrizes para a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil no Estado de Roraima, e dá outras providências”; Indicação n. 399/2024, de autoria do deputado Marcelo Cabral; Indicações nos 400, 401 e 404/2024, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; Indicações nos 402 e 403/2024, de autoria do deputado Armando Neto; Requerimento n. 139/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio, que “requer a realização de Sessão Especial no dia 12 de novembro de 2024 (terça-feira), às 14h30, para homenagear o movimento Hip Hop roraimense, bem como realizar a entrega da Comenda Orgulho de Roraima, a integrantes dessa expressão artística”; Memorando n. 147/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, justificando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 22 a 24 de outubro de 2024; Memorando n. 148/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, justificando sua ausência na sessão ordinária do dia 31 de outubro de 2024; Memorando n. 149/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, justificando sua ausência na sessão ordinária do dia 6 de novembro de 2024; Memorando n. 375/2024, de autoria do deputado Gabriel Picanço, justificando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 12 e 13 de novembro de 2024. **DIVERSOS:** Ofício n. 116/2024, de autoria da Casa Civil do Estado de Roraima, em resposta às Indicações Parlamentares nos 368 e 369/2024, dos deputados Coronel Chagas e Isamar Júnior; **Ofício n. 117/2024, de autoria da Casa Civil do Estado de Roraima, em resposta às Indicações Parlamentares nos 386 e 387/2024, dos deputados Armando Neto e Dr. Cláudio Cirurgião.** Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Feita a leitura do Expediente, solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Senhor Presidente, está inscrito apenas o deputado Lucas Souza.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Com a palavra o senhor deputado Lucas Souza, com o tempo de até 60 minutos.

O Senhor deputado **Lucas Souza** – Senhor presidente, eu vou renunciar à minha fala porque eu quero falar quando o Sampaio estiver sentado, me escutando. Como ele não está presente, eu vou marcar para a próxima sessão.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O orador retirou sua inscrição para usá-la na próxima sessão.

Passaremos para a Ordem do Dia: 01- **Mensagem Governamental de Veto n. 65/2024 ao Projeto de Lei n. 098/2023, de**

Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 098/2023, que que “institui no âmbito das instituições militares do estado de Roraima, o Projeto Qualidade de Vida dos Militares – PVMIL”, de autoria do Poder Executivo; 02 - **Mensagem Governamental n. 66/2024 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 221/2023**, que altera a Lei Estadual n. 1.484, de 11 de junho de 2021, que “dispõe sobre a proibição do manuseio, da utilização, da queima e da soltura de fogos de estampidos e de artifício assim como quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; 03 - **Projeto de Lei n. 249/2023**, que “institui a realização do exame ‘teste do olhinho’ para detecção do câncer nos olhos em recém-nascidos e dá outras providências”, de autoria do deputado Chico Mozart; 04 - **Projeto de Lei n. 260/2023**, que “dispõe sobre o uso de asfalto-borracha nas obras de recapeamento e pavimentação asfáltica”, de autoria do deputado Armando Neto; 05 - **Projeto de Lei n. 272/2023**, que “dispõe sobre a divulgação dos números para denúncia de violência doméstica e familiar nas faturas de consumo da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) e dá outras providências”, de autoria da deputada Joilma Teodora; 06 - **Projeto de Lei n. 042/2024**, que “institui no âmbito do estado de Roraima, o projeto, ‘A experiência no mercado de trabalho’, que visa a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho, e dá outras providências”, de autoria do deputado Idázio da Perfil; 07 - **Projeto de Lei n. 058/2024**, que “institui, no âmbito do estado de Roraima, a política estadual de valorização das mulheres da área de segurança pública”, de autoria do deputado Isamar Júnior; 08 - **Projeto de Lei n. 106/2024**, que “dispõe sobre avaliação de desempenho, para efeito de conclusão do ensino médio, a alunos que lograram êxito em processo seletivo para ingresso em curso superior, no âmbito do território do estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do deputado Coronel Chagas; 09 - **Projeto de Decreto Legislativo n. 54/2024**, que “declara de utilidade pública a Federação Roraimense de Xadrez no estado de Roraima”, de autoria do deputado Marcos Jorge; 10 - **Projeto de Decreto Legislativo n. 86/2024**, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica, e dá outras providências”, de autoria do deputado Soldado Sampaio, (com emendas); 11 - **Projeto de Decreto Legislativo n. 87/2024**, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às Irmãs missionárias da Consolata, e dá outras providências”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; 12 - **Projeto de Decreto Legislativo n. 88/2024**, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Instituto das Irmãs Missionárias da Consolata, e dá outras providências”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; 13 - **Requerimento n. 139/2024**, que “requer a realização de Sessão Especial no dia 12 de novembro de 2024 (terça-feira), às 14h30, para homenagear o movimento Hip Hop roraimense, bem como realizar a entrega da Comenda Orgulho de Roraima a integrantes dessa expressão artística”, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto a Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 65/2024 ao Projeto de Lei n. 098/2023, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto à Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 65/2024 ao Projeto de Lei n. 098/2023).

Não havendo nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – O Podemos vota “não”, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Questão de Ordem, senhor presidente. Votando “não”, vota-se pela derrubada do veto?

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Votando “não”, rejeita-se o veto. Votando “sim”, mantém-se o veto.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta pelo voto “não”.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Senhor presidente, eu voto “não”.

Dou por encerrada a votação. Por nenhum voto “sim”, 16 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental de Veto Parcial n. 65/2024 ao Projeto de Lei n. 098/2023, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto à Mensagem Governamental n. 66/2024 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 221/2023, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos o parecer e voto a Mensagem Governamental de Veto n. 066/2024 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 221/2023).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco em discussão a matéria. Para discuti-la, o seu autor, o deputado Chico Mozart.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Presidente, esta lei vem reforçar uma lei aprovada por unanimidade na Assembleia que visa a proibição de fogos com estampido, aqueles fogos com efeito sonoro, que são prejudiciais tanto para idosos, autistas e animais. Esta lei já está em vigor, foi aprovada, mas o que acontece, infelizmente, é que esta lei não está sendo cumprida por parte das pessoas, por parte do próprio Executivo municipal, estadual, e por diversas prefeituras de municípios do nosso estado. E a única maneira que encontramos para que esta lei passe a ter efeito, é a proibição da venda dos fogos.

Então, este projeto foi construído a quatro mãos, com colegas, entidades e a forma que encontramos foi a proibição da venda desses fogos com estampidos. Aqueles fogos com efeitos visuais não estão incluídos, então eu gostaria de pedir o apoio dos colegas para que pudéssemos fazer esta lei valer através desse outro projeto.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados mantêm o veto. Votando “não”, rejeitam-no.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – O deputado Chico Mozart vota “não” ao veto, presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - O deputado Chico Mozart vota “não”.

Mais uma vez, votando “sim”, os deputados mantêm o veto; votando “não”, rejeitam-no.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Presidente, o Republicanos orienta “não”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - O líder do Republicanos orienta “não”.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “não”, nenhum voto “sim” e nenhuma abstenção, dou por rejeitada a Mensagem Governamental n. 066/2024 de Veto Total ao Projeto de Lei n. 221/2023, de autoria do Poder Executivo.

Projeto de Lei n. 009/2024, de autoria do Poder Executivo, ainda se encontra nas comissões, para então ser liberado para votação.

Projeto de Lei n. 243/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião. Como o deputado não está on-line, passo seu projeto para a próxima Sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 249/2023, de autoria do deputado Chico Mozart.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 249/2023).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – O deputado Chico Mozart vota “não” ao veto, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Deputado Chico Mozart, não é veto, mas o seu Projeto de Lei n. 249/2023, que está sendo votado neste momento, o item 05.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – O deputado Chico Mozart vota “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - O deputado Chico Mozart, vota “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Dada a relevância do projeto, o Republicanos orienta voto “sim” e parabeniza o deputado Chico Mozart, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - O líder do Republicanos orienta voto “sim”.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente a liderança do governo também orienta o voto “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O líder do governo orienta voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 249/2023.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 260/2024, de autoria do deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 260/2023).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** - Coloco a matéria em discussão. Para discutir, o autor da matéria, deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Obrigado, meu presidente

Cabral. A todos os nossos pares aqui presentes, é com imensa satisfação que venho aqui, hoje, discutir este projeto de lei que é de grande valia para o nosso estado. Tendo em vista que é um projeto de lei que já vem beneficiando vários estados da nossa Nação como Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Brasília, os grandes centros, que há mais de 15 anos já vêm usando esse tipo de asfalto, esse tipo de material para beneficiar as nossas vias públicas em todo o Brasil. E tendo qualidade, preço, prazo e durabilidade, é mais do que justo trazermos para cá o que é bom. Ecologicamente falando, resolvemos o problema do lixo, que muitas vezes fica a céu aberto, causando várias consequências e problemáticas. Sem falar que é um material muito mais durável do que o material convencional, atualmente utilizado, tendo uma elasticidade, resistência e durabilidade muito maior. Aqui em Roraima, nós também precisamos dar prioridade ao que é bom e ao que serve ao estado, trazendo economia, durabilidade e é ecologicamente correto. Eu peço aos nobres pares que possamos aprovar um projeto de grande valia para as finanças do estado de Roraima, sem falar no meio ambiente, já que o estado de Roraima faz parte da Amazônia e precisamos dar um passo à frente, para preservar a nossa Amazônia, porque essa é a nossa obrigação. Muito obrigado pela oportunidade.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Presidente, o deputado Chico Mozart vota “sim”.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – O deputado Chico Mozart vota “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Presidente, feitos os esclarecimentos pelo autor da proposta com relação a importância do projeto em não ser obrigatório, mas sim para critérios de desempate, quando o indutor vem a induzir as boas práticas. Eu não só votarei favorável, como oriento o Republicanos a votar “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Dou por encerrada a votação. Por 16 votos “sim”, nenhum voto “não”, e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 260/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 272/2023, de autoria da deputada Joilma Teodora.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 272/2023).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Coloco a matéria em discussão. Para discutir, o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Presidente, gostaria de parabenizar a deputada Joilma Teodora pela propositura, inclusive, muito inteligente. Todas as faturas de água chegam nas residências de todo o estado de Roraima e nos prendem a atenção porque é algo corriqueiro, todos os meses nós temos que honrar com a nossa obrigação em relação ao pagamento de água, de energia, do nosso consumo do mês. E trazendo informações para as mulheres, donas de casa em relação ao número para denúncias, algo eventual, da violência contra a mulher. Um estado que ainda luta contra os índices, deputada Aurelina, de violência contra a mulher. Eu gostaria de reiterar meus parabéns à deputada Joilma, que tem se consolidado como grande defensora das mulheres do estado de Roraima, ao combate da violência contra as mulheres.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na. Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – O líder do governo orienta voto “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O líder do governo orienta “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Presidente, o Republicanos orienta “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O líder do Republicanos orienta “sim”.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – O deputado Chico Mozart vota “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O deputado Chico Mozart vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não”, e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 272/2023, de autoria da deputada Joilma Teodora.

Item 8, o deputado Neto Loureiro não está presente na sessão, passamos para a próxima sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 42/2024, de autoria do deputado Idázio da Perfil

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 42/2024).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Para discutir, o autor da matéria, o deputado Idázio da Perfil.

O Senhor Deputado **Idázio da Perfil** – Presidente, a importância desses profissionais no retorno ao seu trabalho, até para ajudar os seus sucessores a melhorar os caminhos que devem seguir.

Hoje, nós sabemos que as pessoas estão se aposentando até muito cedo e deixam essa parte da contribuição, a sua experiência à mercê. Então, nós fizemos esse projeto para que essas pessoas retornem ao trabalho, que possam nos ajudar com os novos colaboradores que estão sendo inseridos no mercado de trabalho e continuem contribuindo com o nosso estado. Então, aqui, peço o voto a todos, que possamos aprovar esse projeto que é de suma importância não só para o estado, mas para todo o país.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Orientação de voto, senhor presidente. A liderança do governo orienta voto “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – A liderança do governo encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Orientação de voto, senhor presidente. O Republicanos orienta voto “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O Republicanos orienta voto “sim”.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Eu voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O senhor deputado Chico Mozart, vota “sim”.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Eu voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O senhor deputado Marcinho Belota, vota “sim”.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O senhor deputado Soldado Sampaio vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 042/2024, de autoria do deputado Idázio da Perfil.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 058/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 058/2024).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, ao passo que parabenizo o senhor deputado Isamar Júnior, essa liderança orienta voto “sim”.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – A liderança do governo encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Eu voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O senhor deputado Chico Mozart vota “sim”.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Eu voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – O senhor deputado Marcinho Belota vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 058/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 106/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 106/2024).

O Senhor Presidente **Marcelo Cabral** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir a matéria, o senhor deputado Coronel Chagas, autor do projeto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, nós propusemos esse projeto de lei após ouvir professores da rede estadual de educação, ouvir alunos, ouvir profissionais experientes dessa área, a exemplo do professor José de Souza, que nos acompanha aqui na Comissão de Educação e que foi secretário adjunto de Educação desse estado. Nós verificamos todos os anos alunos que passaram no vestibular, porém por ainda não terem concluído o ensino médio, eles não conseguem fazer a inscrição na faculdade. Alguns têm dinheiro, contratam advogados e entram com mandado de segurança e conseguem a liminar, conseguem iniciar o curso superior. Nós temos observado que essa situação: quem tem dinheiro consegue o acesso à justiça, consegue o mandado de segurança. E a Secretaria de Educação, em razão do mandado de segurança, dá um certificado de conclusão do ensino médio para o aluno e ele vai fazer a faculdade. Nós temos observado isso não só em Roraima, mas em todo o país. São aqueles alunos que, sem concluir o ensino médio, obtêm êxito nos processos seletivos para entrar em faculdades, em universidades do estado por conta de as famílias possuírem renda suficiente para fazer essa ação judicial. O objetivo desse projeto de lei é instituir no âmbito da Secretaria de Educação a avaliação de desempenho para efeito de conclusão de ensino médio a alunos que lograram êxito em processos seletivos para ingressos em cursos superiores no âmbito do estado de Roraima. E com isso, a gente vai reconhecer o aluno que presta vestibular e obtém sucesso. Ele revela conhecimentos, capacidade e maturidade suficientes para a continuidade de estudos em nível superior. Basta para isso vislumbrar que os conteúdos exigidos nas provas de vestibulares são consideradas as competências e as habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular. Então, esse é o objetivo desse projeto de lei. Eu quero desde já agradecer à deputada Aurelina, que foi a relatora na Comissão da CCJ e na Comissão de Educação, foi a deputada Catarina Guerra com parecer favorável, acompanhadas de forma unânime por todos os pares dessas comissões. Agradecer também a esta Casa, a todos que avaliaram o projeto que realmente vem trazer benefícios para aqueles alunos que se dedicam no ensino médio e conseguem antes mesmo de concluí-lo, a aprovação no vestibular. Desde já, eu peço o apoio de todos os colegas para esse projeto de lei.

O Senhor Presidente **Odilon** – A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será de forma eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Presidente Odilon, o deputado Chico Mozart “vota” sim e parabenizo o líder do governo, deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, o Republicanos orienta “sim”, ao mesmo tempo que parabeniza o nosso presidente da Comissão de Educação, deputado Coronel Chagas, que pelo relato, fez um amplo debate, ouviu a base, ouviu o corpo discente e docente e sempre traz excelentes contribuições para esta Casa.

O Senhor Presidente **Odilon** – O líder do Republicanos recomenda voto “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Deputado Marcinho Belota vota “sim”.

O Senhor Presidente **Odilon** – O deputado Marcinho Belota vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 106/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 54/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 54/2024).

O Senhor Presidente **Odilon** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, a presente proposta de decreto de utilidade pública à Federação de Xadrez busca valorizar todo o trabalho que a federação tem feito e por seu presidente, o juiz federal aposentado Dr. Helder Girão Barreto, que é um dos maiores entusiastas da prática do xadrez, tanto no ambiente escolar, deputado coronel Chagas, como por toda a sociedade, e tem feito um

grande trabalho social no estado, isso está demonstrado nos autos. E também para o desporto, aliás, a nova lei de incentivo ao esporte de nossa reitoria, que está possibilitando que em torno de 4 milhões por ano sejam aplicados em projetos apresentados à Secretaria de Educação, através do Instituto de Desporto do Estado de Roraima, que tem como presidente do grupo técnico de avaliação de projetos também o juiz aposentado Helder Girão, que está emprestando seus conhecimentos nesse início de aplicação da lei, que está com edital em consulta pública até o próximo dia 15, para que o governador Antonio Denarium possa, em seguida, lançar o edital. Portanto, nós estamos procurando, deputada Aurelina, valorizar cada vez mais todas as modalidades esportivas do estado de Roraima, por entender que o esporte é um dos melhores caminhos para o envolvimento da nossa juventude e da nossa melhor idade, todas as pessoas, deputado Eder Lourinho, que têm na prática do esporte em todas as fases da sua vida, um caminho de bem-estar, de saúde, mas acima de tudo, de preparo para a vida. Portanto, eu quero pedir o apoio de todos para o reconhecimento do grande trabalho que a Federação de Xadrez tem feito, assim como esta Casa tem reconhecido as mais diversas modalidades esportivas que têm contribuído com a sociedade roraimense.

O Senhor Presidente **Odilon** – Continua em discussão a matéria. Para discutir, o senhor deputado Chico Mozart.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Primeiramente, parabenizar o autor da proposta, deputado Marcos Jorge e dizer que é um esporte que requer muita parte intelectual, embora não seja um esporte olímpico, mas existe Olimpíada Mundial de Xadrez. Então, com muito louvor, parabenizo o deputado Marcos Jorge e antecipo meu voto “sim”.

O Senhor Presidente **Odilon** – Continua em discussão. Para discutir o senhor deputado Coronel Chagas.

O Senhor deputado **Coronel Chagas** – Quero parabenizar o deputado Marco Jorge, pela iniciativa. A gente acompanha a luta daqueles que fazem o xadrez de Roraima. Temos muitos talentos. Vemos a dificuldade da Associação de Xadrez, da Federação de Xadrez, cujas despesas são bancadas pelos próprios pais. Apesar de todas essas dificuldades, temos notícias de jovens representando o estado de Roraima de forma muito bonita, em outros estados da federação. Ao declaramos de utilidade pública, nós vamos dar condições para que o estado possa apoiar de forma mais efetiva as ações dessa federação. Parabéns, deputado Marcos Jorge, com certeza esse PDL vai contribuir muito para o xadrez do nosso estado e conta desde já com nosso apoio.

O Senhor Presidente **Odilon** – Continua em discussão. Para discutir, o senhor deputado Marcinho Belota.

O Senhor deputado **Marcinho Belota** – Parabéns ao deputado Marcos Jorge, é com muita felicidade que eu vejo os seus projetos. Você tem feito um trabalho muito importante. Eu quero parabenizá-lo porque é um esporte que muita gente não valoriza, é um esporte esquecido e eu como ex-atleta, sei da dificuldade de competir, praticar um esporte que não é valorizado. Então, o senhor tem o meu apoio e conte comigo. Parabéns, mais uma vez.

O Senhor Presidente **Odilon** – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 054/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Solicito ao primeiro secretário que proceda a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 086/202, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 086/2024).

O Senhor Presidente **Odilon** – Feita leitura da ementa, parecer e voto, coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação se dará de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 086/202, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao primeiro secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 087/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 087/2024).

O Senhor Presidente **Odilon** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto, coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação se dará de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 087/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao senhor primeiro secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 088/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 088/2024).

O Senhor Presidente **Odilon** – Feita leitura da ementa, parecer e voto. Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação se dará de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 088/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Presidente **Odilon** – Solicito ao senhor primeiro secretário que proceda a leitura do Requerimento n. 139/2024.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Requerimento n. 139/2024).

O Senhor Presidente **Odilon** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será de forma simbólica. Os deputados que concordam, permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento n. 139/2024.

Finalizando a Ordem do Dia, passamos ao expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Na verdade, não se trata nem de Explicações Pessoais. Foi dada, nesta Casa, a entrada do Projeto de Lei Complementar em 2019, de autoria governamental, tratando de Previdência Complementar do estado de Roraima. Esse processo passou por algumas comissões. Em 2022, foi apresentado um substitutivo a esse projeto. Ele já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, estava na Comissão de Administração e eu designei o deputado Jorge Everton como relator, mas agora é um projeto que interessa imensamente à Assembleia Legislativa, por várias razões. Eu apresentei na semana passada para o presidente Sampaio e agora apresento para Vossa Excelência, que a gente pare esse andamento, crie uma comissão especial em caráter de urgência. Tem técnicos desta Casa que já vão estudar essa matéria em outros estados, para que a gente possa incluir, fazer uma comissão com deputados que tenham mais interesse, crie comissão especial para a gente tentar aprovar esse projeto ainda esse ano. Isso já tem anuência do deputado Sampaio. Ontem, eu estive com ele, hoje ele já pediria ao Jardel, pediria a Vossa Excelência para que os deputados que têm interesse, que participem da comissão. O deputado Marcos Jorge, deputado Rárison, deputada Angela já demonstraram interesse com relação à previdência complementar, porque já havia uma comissão anterior no projeto original, do substitutivo não tinha. E que a gente possa formar essa comissão com cinco membros, eu acho que é suficiente. O Deputado Odilon tem interesse, já manifestou, então eu gostaria que o senhor já anotasse os nomes dos deputados: Marcos Jorge, Rárison, Odilon, eu me incluo e o deputado Jorge Everton. O deputado Marcos já tem a anuência do presidente. E, como eu disse, já foram técnicos nossos, o RH, advogados daqui, em outras Assembleias verificar a viabilidade desse projeto. Tem muitos deputados que passaram e que passam por aqui que têm interesse, serão beneficiados com a Previdência Complementar que é o modelo que está sendo feito hoje em todas as Assembleias do Brasil. Então, é interesse nosso que até dezembro a gente possa votar, através de uma comissão especial com a participação e análise desses técnicos.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – Presidente, só para fazer um alerta para a sociedade e pedir para a Polícia Militar do estado de Roraima que tem trabalhado bastante, mas nos últimos 10 dias nos bairros da zona oeste houve 10 casos de estupros. Há 10 dias está tendo casos de estupros naqueles bairros, eu queria pedir uma atenção à PM. Eu sei que ela tem se esforçado, trabalhado bastante, mas para que nós possamos colocar mais PM's nessas localidades, para que isso não venha mais a ocorrer, porque há 10 dias está tendo constantemente casos de estupros naqueles bairros vitimando crianças de 12 a 17 anos, como também, adultos de 22 a 32 anos. Então, era só para pedir uma atenção maior para o comandante da PM, para que ele possa deslocar mais viaturas para aquelas localidades.

E, presidente, quero parabenizar o pastor Isamar, que está há 26 anos à frente da AD Brasil. Ontem, ele completou 26 anos à frente da instituição religiosa e nós queremos aqui parabenizar o pastor Isamar, que tem feito um serviço religioso de missionário aqui no estado de Roraima e também em outros países como em escolas na África, Venezuela, Guiana Inglesa, comunidades indígenas e Baixo Rio Branco. Então, quero parabenizar o pastor Isamar por esse grande feito, 26 anos à frente da AD Brasil.

O Senhor Presidente **Odilon** – Continuamos em Explicações Pessoais. Deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Eu quero corroborar o que colocou a senhora deputada Aurelina Medeiros em relação ao projeto

da Previdência Complementar. Além das razões já muito bem expostas pela deputada, nós temos um outro risco importante para o estado de Roraima. Nós somos, deputado Odilon, os homens das águas e, meu amigo querido, o único estado da federação que não aprovou o projeto de lei de Previdência Complementar, que é uma obrigação, cujo prazo já transcorreu para cumprirmos com as novas normas constitucionais da Previdência do nosso país. E o que isso implica para o estado de Roraima, em não estarmos cumprindo? Implica com a possibilidade de o estado não estar adimplente em relação à Certidão de Regularidade Previdenciária e, portanto, deputado Eder Lourinho, ficar impedido de recursos voluntários da União, principalmente para as emendas, tão importantes para o desenvolvimento do nosso estado. Que não estejam atrelados aos setores de vinculação obrigatórios. Portanto, é um impacto importante que precisa ser observado. Eu tenho discutido isso, como colocou aqui a senhora deputada Aurelina Medeiros, desde o início. Tivemos uma amplíssima discussão na CCJ. Tivemos aqui, convocada pelo presidente Soldado Sampaio, audiência pública conduzida sob a relatoria do senhor deputado Rárisson Barbosa, que foi o relator na CCJ. Já teve toda uma discussão com a sociedade, audiência pública, como foi colocado aqui. Nossos técnicos estiveram em Brasília. Em uma das reuniões, eu me fiz acompanhar do nosso superintendente Jarrel, para debatermos com o Ministério da Previdência, que está completamente alinhado com aquilo que está apresentado no substitutivo aqui nesta Casa. Portanto, nós precisamos de fato e de forma urgente entregarmos esse PDL para a sociedade, para os servidores e para que o estado de Roraima não tenha nenhum tipo de prejuízo. Então, eu reforço aqui o que foi colocado pela senhora deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Presidente **Odilon** – Continua em Explicações Pessoais. Não havendo mais quem queira fazer uso das Explicações Pessoais. E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e oito minutos, dou por encerrada a sessão, informando que amanhã, dia treze, não haverá Sessão Ordinária, em razão da sessão do Parlamento Jovem, e convoco outra para o dia quatorze de novembro, à hora regimental. Dou por encerrada a presente sessão.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Idázio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Odilon, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO EDER LOURINHO (Em exercício)

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinquagésima primeira Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Bom dia a todos os presentes e aos que nos assistem pela TV Assembleia e Rádio Assembleia.

Convido os senhores deputados Armando Neto e Marcos Jorge para atuarem como primeiro e segundo-secretários *ad hoc*, respectivamente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcos Jorge** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir. Coloco em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 253/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas, que “institui o Programa de Educação Empreendedora e Financeira

(PEEF) no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 254/2024, de autoria da deputada Angela Águida Portella, que “institui o Selo Empresa Amiga da Pessoa com Deficiência”; Projeto de Lei n. 255/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “dispõe sobre a Implementação de Protocolo de Segurança nas maternidades do estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 256/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “institui o Banco de Leite Humano Virtual no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 257/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “cria a Semana Estadual de Prevenção e Controle da Osteoporose”; Projeto de Lei n. 258/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “institui a Campanha de Orientação aos Idosos contra fraudes e golpes no Comércio Eletrônico”; Projeto de Lei n. 259/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “dispõe sobre o Programa Gestação Segura no âmbito do estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 260/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “dispõe sobre o acesso à fisioterapia de reabilitação às mulheres mastectomizadas na rede pública estadual de saúde do Estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 261/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “institui o Programa Estadual de Acompanhamento Pré-Natal e Pós-Parto para Gestantes com Deficiência Auditiva, Surdas e Surdocegas em todo o estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 262/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, que “estabelece o Programa Cuidar do Começo: Conscientização sobre o Parto Prematuro no estado de Roraima, e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 089/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior, que “declara de utilidade pública a Associação dos Conselheiros, Ex-Conselheiros Tutelares e Suplentes do estado de Roraima – Aceter”; Indicação n. 405/2024, de autoria do deputado Coronel Chagas; Indicação n. 406/2024, de autoria do deputado Dr. Meton; Requerimento n. 140/2024, de autoria do deputado Isamar Junior, que requer a realização de Sessão Especial em alusão ao Dia Nacional da Bíblia”; Requerimento n. 141/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge, que requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 21 de novembro em Sessão Especial, para homenagem e entrega da comenda referente ao Decreto Legislativo n. 001/2024 e Moção de Aplauso n. 34/2024; Memo n. 183/2024, de autoria do deputado Neto Loureiro, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 12 de novembro de 2024.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Não há oradores, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Não havendo oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Questão de ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Concedida, senhora deputada.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Presidente, eu queria pedir a inversão da pauta do item 8, Projeto de Lei n. 195/2024, tendo em vista que nós estamos com plateia esperando aprovar esse projeto. Então, eu queria pedir essa inversão da pauta.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Acato o pedido da senhora deputada Tayla Peres. Mas, antes, gostaria de cumprimentar o senhor Juraci Noronha, presidente do Abrigo Transitório Bom Samaritano; cumprimentar também a senhora Iolanda Alves, nesse ato representando a Fecomércio e cumprimentar todos os funcionários do Sistema Fecomércio.

Conforme o requerimento da senhora deputada Tayla Peres, nós vamos fazer a inversão da pauta, do item 8 do Projeto de Lei n. 195/2024, de autoria da deputada Tayla Peres.

Passamos para a Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, as seguintes proposições: **Projeto de Lei n. 009/2024**, com emendas que “dispõe sobre a alienação de áreas e a regularização fundiária em imóveis urbanos de domínio do estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; **Projeto de Lei n. 30/2024**, que “incorpora à Legislação Tributária Estadual os convênios ICMS n. 22, n. 27 e n. 28, todos de 14 de abril de 2023, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz”, de autoria do Poder Executivo; **Projeto de Lei n. 243/2023**, que “dispõe sobre a publicação de informações sobre os estoques de medicamentos disponíveis nas unidades de saúde públicas do estado”, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; **Projeto de Lei n. 261/2023**, que “dispõe sobre a preferência de contratação de empresas sem registro de acidentes de trabalho no estado de Roraima”, de autoria do deputado Armando Neto; **Projeto de Lei n. 319/2023**, que “dispõe sobre a aplicação do teste de provocação oral para diagnóstico de alergias nos

locais que especifica”, de autoria do deputado Neto Loureiro; **Projeto de Lei n. 21/2024**, que “institui a semana estadual de enfrentamento a violência psicológica entre mulheres, conhecido como *worrying* e dá outras providências”, de autoria da deputada Joilma Teodora; **Projeto de Lei n. 75/2024**, que “institui o dia estadual da advocacia e dá outras providências”, de autoria do deputado Neto Loureiro; **Projeto de Lei n. 195/2024**, que “institui o Dia S de Valorização e Reconhecimento do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac/IFPD e sindicatos filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado de Roraima (Fecomércio-RR)” no Calendário Oficial de eventos do estado de Roraima”, de autoria da deputada Tayla Peres; **Projeto de Decreto Legislativo n. 56/2024**, que “declara de utilidade pública o Abrigo Transitório Bom Samaritano – ATBS”, de autoria do deputado Renato Silva; **Projeto de Decreto Legislativo n. 66/2024**, que “declara de utilidade pública a Associação dos Estudantes de Roraima – ASSOER”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; **Projeto de Decreto Legislativo n. 68/2024**, que visa a “sustação de contratos administrativos, celebrados entre o governo do estado de Roraima, por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a empresa Biosphere Projetos Ambientais S.A”, de autoria dos deputados Soldado Sampaio e Aurelina Medeiros; **Projeto de Decreto Legislativo n. 72/2024**, que “declara de utilidade pública o Instituto Beija-Flor”, de autoria do deputado Rárisson Barbosa; 13 - **Requerimento n. 140/2024**, de autoria do deputado Isamar Júnior, para realização da Sessão Especial em alusão ao Dia Nacional da Bíblia”; **Requerimento n. 141/2024**, de autoria do deputado Marcos Jorge, requerendo a transformação da Sessão Ordinária do dia 21 de novembro em Sessão Especial, para homenagem e entrega da comenda referente ao decreto n. 01/2014 e Moção de Aplauso n. 34/2024.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 195/2024, de autoria da deputada Tayla Peres.

O Senhor Segunda-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 195/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir a senhora deputada Tayla Peres, autora da proposição.

A Senhora Deputado **Tayla Peres** – Bom dia a todos. Eu queria aqui em nome da Iolanda cumprimentar todos os funcionários, todas as pessoas que estão aqui representando a Fecomércio, representado o Sistema S, pedir para todos os meus amigos olharem para esse projeto com muito carinho. Eu sou filha de comerciante e sei o tanto que a Fecomércio ajuda os empresários, ajuda os comerciantes aqui no nosso estado, não só os comerciantes, mas a comunidade. Então, nada mais justo do que colocar este projeto em pauta para instituir no calendário do estado o dia 16 para o Dia S, que é o dia da valorização e reconhecimento do sistema Fecomércio. Então, eu queria pedir para que todos os pares voltem “sim” neste projeto de lei que é muito importante para o Sistema S e para quem faz parte, quem sabe o tanto que é importante a ajuda deles para todos os comerciantes e toda a comunidade. Mais uma vez obrigada, parabenizar e agradecer a presença de todos vocês que estão aqui.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Continua em discussão a matéria, para discutir o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Eu quero parabenizar a deputada Tayla Peres, pela proposta de instituição de um dia de valorização do Sistema S, nós sabemos o quanto todo o Sistema S é importante para qualificação e requalificação de pessoas, para instituição de políticas que fortaleçam a economia do nosso estado e de todo o país. E, aqui em Roraima tanto o Ademir, presidente da Fecomércio, como a dona Isabel, do nosso sistema da indústria, os quais são meus amigos pessoais, têm feito um excelente trabalho, além do Sebrae, onde está também o nosso amigo Baú e os demais representantes do Sistema S. Estou falando aqui de pessoas que têm se dedicado a prestar um serviço à sociedade e, diga-se de passagem, com recursos que saem da própria folha de pagamento dos empresários de todo o país. Eu tive a honra, presidente Eder Lourinho, deputado Coronel Chagas, de supervisionar o Sistema S de todo o Brasil, enquanto ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, deputada Tayla Peres, deputado Gabriel Picanço. Sei o quanto é importante a colaboração de todos aqueles funcionários do Sistema S do estado de Roraima para o desenvolvimento do nosso estado que, aliás, acaba de receber excelente notícia do IBGE: que foi o estado que manteve o maior crescimento do PIB de todo o país no período compreendido entre 2019 e 2022, que é o último dado do IBGE, que sempre sai com delay de dois anos.

Nós estamos falando, deputado Renato Silva, de um crescimento de 25,4%. O estado de Roraima bateu o primeiro lugar e bateu também no ano de 2022, foi o dado anunciado agora, consolidado pelo IBGE, que tratamos como crescimento real na casa de 11,3%. Então, isso é fruto das

políticas públicas do estado de Roraima, do governador Antonio Denarium. Mas, acima de tudo, de todos os que investem, empreendem e acreditam no nosso estado e no Sistema S, que é um elo importantíssimo para esse resultado, para o crescimento de Roraima, para o desenvolvimento da nossa economia. Portanto, parabéns à deputada Tayla, proposta mais que acertada, com certeza tem todo o nosso apoio, muito obrigado.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos encaminha voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – O líder do Republicanos, deputado Marcos Jorge, encaminha voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 195/2024, de autoria da deputada Tayla Peres.

Projeto de Lei n. 009/2024, de autoria do Poder Executivo, nós vamos transferi-lo para a próxima Sessão, porque está aguardando a deliberação das comissões.

Projeto de Lei n. 030/2024, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Questão de ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, solicito a suspensão da Sessão para deliberação em comissões em conjunto do Projeto de Lei n. 030/2024.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Suspendo a Sessão por tempo indeterminado para as comissões em conjunto deliberarem o Projeto de Lei n. 030/2024, de autoria do Poder Executivo.

Sessão Suspensa.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 030/2024, de autoria do Poder Executivo

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 030/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto, coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta voto “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – O líder do Republicanos, deputado Marcos Jorge, vota “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 19 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 030/2024, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto do Projeto de Lei n. 243/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 243/2023).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – O nosso projeto de lei tem o intuito principal de fornecer informações tanto aos pacientes, familiares e profissionais de saúde sobre os estoques de medicamentos que existem em cada unidade de saúde do estado. Quantas vezes, nós profissionais de saúde, instituímos o tratamento para um paciente, que muitas vezes usa medicamentos de forma mais prolongada, dentro da unidade hospitalar, com infecções graves, por exemplo? E instituímos medicamentos, porém com dois, três dias esses medicamentos acabam e o profissional de saúde é obrigado a trocar de antimicrobiano, porque não tem na unidade.

A publicação dessas informações, sobre os estoques disponíveis de medicamentos, já é preconizada por uma Lei Federal n. 14.654, que incluiu o artigo 6º na Lei n. 8.080 do SUS. Porém, esse projeto de lei estadual que estamos propondo, visa colocar o nome do medicamento, a data de validade, a disponibilidade em cada unidade de saúde. Para que o paciente ao entrar na unidade de saúde, saiba se aquele medicamento que foi instituído para o seu tratamento, vai estar disponível durante todo o

período preconizado pelo médico e vai servir também para os profissionais de saúde, nobre relator Armando, para que ele tenha ciência, se precisa modificar a terapia antes mesmo de propor. Às vezes, o médico propõe a terapia e no meio do caminho tem que trocar o medicamento. Falo com o meu amigo Marcinho Belota, que acabou de chegar, e ele publica nas redes sociais esse tratamento prolongado e está aqui um grande exemplo de que se beneficiaria com a publicação da quantidade de medicamentos. Pacientes com infecções crônicas, como osteomielite, artrite séptica, que precisam de tratamento prolongado. O médico e o paciente precisam saber da disponibilidade desse medicamento.

E no nosso projeto de lei, pedimos que esse estoque seja atualizado e disponibilizado para o público e para os profissionais da saúde, de maneira acessível para que todos possam ser beneficiados e o estado possa até economizar com isso, principalmente por conta do controle de estoque e o remanejamento entre as unidades de saúde.

Peço a aprovação desse importante projeto de lei, para a saúde pública do nosso estado e a votação dos nobres colegas deputados.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não”, e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 243/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Solicito a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 261/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 261/2023).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir o senhor deputado Armando Neto, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Senhor presidente, é com muita satisfação e honra que tenho o privilégio de ser autor desse Projeto de Lei n. 261/2024, que dispõe sobre a preferência de contratação de empresas sem registro de acidentes de trabalho no estado de Roraima. Quando fiz essa proposição, vieram na minha visão três segmentos. O primeiro segmento, deputado Coronel Chagas, é garantir que as empresas tenham respeito, lógico, com a legislação e tenham a precaução de servir de uma forma melhor o seu funcionalismo, com segurança, capacitação, respeito para que a empresa possa ter essa transparência e garantir segurança ao seu trabalhador. E por outro lado, ter um trabalhador que vai ter uma garantia de ser acolhido por uma empresa com respeito a legislação e aos seus funcionários. Assim as duas partes se asseguram, sem falar que o serviço público terá a oportunidade de ter a garantia de que a obra será concluída com agilidade, praticidade e segurança na sua execução.

Então, com esse entendimento, eu conclamo aos nobres pares a acolhida desse projeto de lei que vai servir muito ao estado de Roraima, ao empregado e ao empregador, para que nós possamos seguir caminhando no rumo certo com um estado mais forte. Muito obrigado e eu agradeço a oportunidade e a paciência de todos.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 261/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa parecer e voto ao Projeto de Lei n. 319/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 319/2023).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão. Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; Votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Presidente, gostaria que registrassem a minha presença.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Gostaria que registrassem a presença do senhor deputado Chico Mozart. Como vota o deputado Chico Mozart?

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Presidente, eu entrei agora na sessão, eu não sei o que está em votação.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Está em votação o Projeto de Lei n. 319/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro, dispõe sobre a aplicação do teste de provocação oral para diagnóstico de alergias nos locais que especifica.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Eu voto “sim”, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Dou por encerrada a votação. Por 19 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 319/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro.

Projeto de Lei n. 021/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora, como a senhora deputada não se encontra, vamos colocar para a ser pautado na próxima semana.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa parecer ao Projeto de Lei n. 075/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 075/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir a matéria o senhor deputado Marcos Jorge, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, eu fui procurado por inúmeros advogados e advogadas, deputado Coronel Chagas, aqui eu faço uma referência a Tiana Brasília, que foi uma das postulantes, solicitando que nós pudéssemos apresentar nesta Casa um dia em que se celebre o dia da advocacia roraimense. Entendi mais do que meritório e justo. Nós sabemos o quanto os advogados e advogadas contribuem para justiça, para o bom direito, para o equilíbrio no nosso estado e tendo em vista diversas manifestações, apresentei, deputado Gabriel, o presente PL com vista a prestarmos essa homenagem a essa nobre profissão.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

Dou por encerrada a votação. Por 20 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei nº 075/24, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 056/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 056/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Em discussão a matéria. Para discutir o autor da proposição, deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Senhor presidente, quero pedir apoio aos colegas, o Abrigo Bom Samaritano é um projeto social que atende diversas famílias carentes e de baixa renda. Tive oportunidade de conhecer esse projeto. E hoje, tornando-o de utilidade pública, ele ganha o direito de receber emendas parlamentares, em que já me comprometo no orçamento de 2024/2025, a colocar uma quantidade de emendas parlamentares individuais, para que possamos melhorar o atendimento desse programa social. Eu tive oportunidade de conhecer, é um programa sério, atende em torno de 300 famílias carentes e na própria associação eles também cuidam de pessoas que vêm do interior para tratar de saúde aqui na capital. Ou seja, a pessoa não tem onde morar, não tem onde se hospedar e fica na sede da associação, e se hospeda lá para fazer o tratamento de saúde na capital. Então, é um projeto sério, quero parabenizar todos que participam desse projeto e peço aos colegas o voto favorável para que se torne de utilidade pública, obrigado.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 056/2024, de autoria do deputado Renato Silva.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 066/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 066/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Em discussão a matéria. Não havendo mais nenhum deputado que queira discuti-la, coloco-a em

votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 066/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O item 11 vai para a próxima Sessão porque está aguardando deliberação pelas comissões.

O item 12 - Projeto de Decreto Legislativo n. 072/2024, de autoria do deputado Rárisson Barbosa. Como o deputado não se encontra presente, vamos transferir para a próxima Sessão.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 140/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lido o Requerimento n. 140/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura do Requerimento. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 140/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Requerimento n. 141/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – (Lido o Requerimento n. 141/2024).

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Feita a leitura do Requerimento. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis à matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 141/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Encerrada a Ordem do Dia. Avançamos para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Explicações Pessoais, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Explicações Pessoais, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Como falaram juntos, vamos primeiro pela idade, nosso amigo, Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, presidente. Presidente, eu não tive oportunidade de usar a tribuna porque cheguei atrasado. Eu quero aqui partilhar e ler o manifesto que a Associação dos Produtores de Arroz fez para nós, enquanto presidente da Comissão de Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa:

“Em nome dos produtores de arroz, gostaríamos de solicitar sua ajuda, pois precisamos dar manutenção às lavouras e os índios fecharam o acesso tanto para entrada das fazendas, quanto para a saída das máquinas. Estão acampados na Comunidade Jacarezinho, Rodovia 401, região de Normandia. Estão usando as viaturas do transporte escolar para trazer índios de outras comunidades para fechar o acesso. Eles ameaçam os empresários, caso não atendam suas determinações em tocar fogo nos maquinários e carros. Esta ação fere o direito de ir e vir, que está na Constituição Federal do nosso país. Alguém que se manifesta com o objetivo de derrubar o Marco Temporal. Precisamos que nos ajude, porque caso não se resolva, podemos ter grandes problemas, porque é isso que na verdade eles querem para gerar conflito sem precedentes”.

A Associação dos Empresários de Arroz está pedindo aqui para nos unirmos, presidente, para falarmos com a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal para que tomem uma decisão para desbloquear o acesso das BRs, porque eles precisam produzir. Se eles ficarem sem o acesso, terão prejuízos irreparáveis. Então, nós queremos chamar aqui a atenção do Comandante da Polícia Militar, chamar atenção da Polícia Rodoviária Federal, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual para achar uma solução, não somos contra a manifestação, mas que não bloqueiem as BRs, façam manifestação nas comunidades, venham para o Palácio ou conversem com o governador, com os senadores, com os deputados federais para acharmos uma solução.

A solução não é essa, pois assim estamos atrapalhando o desenvolvimento do estado. E o mais grave ainda é transportando as pessoas em transporte escolar. Se no tempo de campanha não pode transportar eleitor, então não pode transportar ninguém agora para fazer manifestação. Então, temos que chamar o Ministério Público Federal para que resolva esse problema, chame a prefeitura ou o estado que é responsável pelo transporte escolar ou a Secretaria de Educação para proibir esse tipo de favorecimento para fazer piquete nas BRs ou empatar o tráfego. Então, esse é o nosso pedido e pedir aos colegas para que juntos possamos achar uma solução para resolver esse problema para o estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – Explicações Pessoais, deputado Marco Jorge.

O Senhor Deputado **Marco Jorge** – Senhor presidente, muitas vezes nesta Casa, cumprindo com o nosso papel, com nossa obrigação enquanto parlamentares, nós trazemos aqui denúncias. Fiscalizamos, cobramos a boa prestação do serviço público, que é papel fundamental desta Casa. Mas também, não podemos deixar, deputado Odilon, de reconhecer os louros e o bom serviço quando este acontece. E aqui eu quero trazer uma menção muito especial a nossa Companhia de Águas e Esgoto de Roraima – Caer, presidida pelo James Serrador. Ainda na semana passada, nós aprovamos aqui um projeto de lei de autoria do deputado Neto Loureiro trazendo benefícios para o usuário, vinculando ali a conta ao CPF daquele que, de fato, deve a sua conta e sempre temos tido o cuidado de olharmos de forma equilibrada principalmente para ponta mais frágil da corda de um consumidor.

Mas vejam vocês, a Caer acaba de ser premiada em Brasília como o melhor projeto na categoria Justiça Ambiental em todo o país e eu quero aqui não só registrar os meus parabéns, de maneira muito especial, mas até em Mesa, senhor presidente, provocar aqui uma moção de aplausos para todos os funcionários, todos os servidores da nossa Companhia de Águas e Esgoto que muitas vezes numa dedicação diuturna, finais de semana, estoura esgoto para um lado, estoura problema para o outro, porém eles estão lá recebendo críticas, mas dedicados a cumprir com a sua missão. E, continuaremos aqui, sempre que nos chegar qualquer tipo de informação para, até mesmo, contribuir com o melhor desempenho da Companhia fazendo isso, mas, obviamente, não posso deixar de reconhecer o grande valor da premiação que a Companhia acabou de receber.

Por fim, quero aqui me somar ao deputado Gabriel Picanço, com relação às manifestações na BR-174. Eu recebi também deputado, inúmeras manifestações, inclusive, de pais de alunos indígenas na Raposa Serra do Sol trazendo a notícia de que seus filhos estão há mais de duas semanas sem aulas porque os professores estão envolvidos na greve, nas barreiras e os alunos sendo prejudicados, meu amigo José, que foi secretário lá na nossa SEED. E isto é muito sério porque se não há autorização legal, se não há ali nada inclusive, que esteja vinculado à questão da educação, mas sim à espontaneidade, o indivíduo professor que decidiu se somar, a Secretaria de Educação deve averiguar isso. Se for o caso aplicar, inclusive, as faltas àqueles que não estão cumprindo com o seu compromisso com relação à educação dos próprios indígenas nas nossas regiões ali de São Marcos e da Raposa Serra do Sol.

Nós temos aqui o maior cuidado em relação à educação indígena, sempre apoiando, aprovando orçamento, dando condição. Inclusive, foi papel desta Casa, o concurso indígena. Agora, é inadmissível o professor abandonar a sala de aula para ir bloquear BR, atrapalhar a economia do estado de Roraima, porque podem se manifestar, como disse Vossa Excelência, de outras formas, que não seja atrapalhando o ano letivo dos nossos alunos indígenas. Isso eu preciso deixar aqui registrado. É o que tinha, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Eder Lourinho** – E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas, dou por encerrada a sessão e convoco outra para o dia vinte e um de novembro, à hora regimental.

Registraram presença no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Idázio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinquagésima segunda Sessão Ordinária da segunda Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos. Convido os senhores deputados que se encontram na sala ao lado e em seus gabinetes para tomarem assento no plenário para darmos início a sessão desta manhã de terça-feira.

Cumprimento a todos os presentes e aos que acompanham esta sessão através da TV Assembleia, Rádio Assembleia e das nossas plataformas digitais.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente sessão. Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ata da sessão anterior, coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a ata da sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 070/2024, encaminhando o Veto Total ao Projeto de Lei n. 049/2024, que dispõe sobre o acesso ao prontuário médico do paciente por meios eletrônicos, na rede pública e Privada de Saúde, no âmbito do estado de Roraima. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA:** Ofício n. 7194/2024, encaminhando o Projeto de Lei Complementar n. 006/2024, que “Altera o art. 35, inc. 1, alínea ‘i’, da Lei Complementar n. 221/2014 (CCJERR) e dá outras providências”. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Mandado de Intimação n. 739/2024, para ciência do despacho do relator referente ao Requerimento n. 100/2024, do deputado Soldado Sampaio. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 263/2024, de autoria da deputada Tayla Peres, que “proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino, no âmbito do estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 264/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior, que “dispõe sobre a criação da política pública de incentivo à leitura por meio da criação de bibliotecas itinerantes em regiões com baixa oferta de livros no estado de Roraima; Projeto de Lei n. 265/2024, de autoria do deputado Isamar Júnior, que “institui a semana estadual do “Não te julgo, te ajudo”, no âmbito do estado de Roraima a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de setembro e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 266/2024, de autoria do deputado Marcos Jorge, que “dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação para a Pessoa com Deficiência (CIPD) no estado de Roraima e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo n. 090/2024, de autoria do deputado Chico Mozart, que “declara de utilidade pública a Associação Desportiva Hubertu”; Projeto de Decreto Legislativo n. 091/2024, de autoria do deputado Renato Silva, que “declara de Utilidade Pública a Associação Bom Samaritano - ABS”; Indicações n. 407 e 409/2024, de autoria do deputado Rárisson Barbosa; Indicação n. 408/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho; Indicação n. 410/2024, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicação n. 411/2024, de autoria do deputado Marcelo Cabral; Requerimento n. 142/2024, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural, que requer a realização de audiência pública sobre “Combate à Mosca da Carambola: Desafios e Estratégias para a Proteção e Transporte da Agricultura” a ser realizada no dia 12 de dezembro, às 9h, no Plenário deputada Noêmia Bastos Amazonas; Requerimento n. 144/2024, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “requer o desarquivamento do Prometo de Lei n. 277/2022”; Requerimento n. 145/2024, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “requer o desarquivamento do Projeto de Lei n. 193/2022”; Requerimento n. 146/2024, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “requer o desarquivamento do Projeto de Lei n. 117/2022”; Requerimento n. 147/2024, de autoria da deputada Angela Águia Portella, que “requer o desarquivamento do Projeto de Lei n. 133/2022”; Requerimento n. 148/2024, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural, que requer a realização de audiência pública sobre “Combate a Mosca da Carambola: Desafios e Estratégias para a Proteção e Transporte da Agricultura”, a ser realizada no dia 9 de dezembro, às 9h, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas; Pedido de Informação n. 050/2024, de autoria dos deputados: Armando Neto e Odilon, que requer o encaminhamento ao senhor presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos questionamentos sobre a pesca do tucunaré no Baixo Rio Branco; Memorando n. 045/2024, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na sessão ordinária do dia 6 de novembro de 2024; Memorando n. 229/2024, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na sessão ordinária do dia 19

de novembro de 2024; Memorando n. 393/2024, de autoria do deputado Rárisson Barbosa, justificando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 12 a 19 de novembro de 2024. **DIVERSOS:** Ofício n. 2790/2024, de autoria da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, informando a celebração do termo de fomento n. 029/2024, entre o estado de Roraima e o Centro de Serviço e Assistência Social Mana Fernandes; Ofício n. 2819/2024, de autoria da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, informando a celebração do Convênio n. 062/2024 para apoiar o evento da 10ª Festa da Banana e 7ª Feira de Agronegócios de Caroebe; Ofício n. 1391/2024, de autoria da Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima, enviando o Plano de Sustentabilidade referente à Construção da Escola Estadual em Tempo Integral D. Pedro I; Ofício n. 1392/2024, de autoria da Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima, enviando o plano de sustentabilidade referente à construção da Escola Estadual em tempo integral do Guariba e Ofício n. 381/2024, de autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, informando acerca da transferência da Emenda Estadual Impositiva n. 117/2024.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura do Expediente, dado conhecimento a todos os senhores deputados a quem interessar, partimos para o Grande Expediente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a chamada dos oradores inscritos no Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Não há oradores inscritos, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo oradores inscritos, partimos para a Ordem do Dia.

Quero registrar a presença do ex-deputado Titonho Bezerra, nesta galeria, obrigado Titonho pela presença. O nosso cantor, artista e professor Alisson Cristian, obrigado pela presença. A nossa liderança comunitária Leco Mota, aqui presente também, seja bem-vindo Leco e a todos que se encontram nas galerias, nós damos as boas-vindas a esta Casa.

Senhoras e senhores deputados, participando da sessão de modo virtual, o deputado Dr. Meton e o deputado Jorge Everton.

Partimos para a Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **01 - Proposta de Emenda à Constituição n. 003/2024**, que “acrescenta o parágrafo 10 ao Artigo 27, da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria do deputado Soldado Sampaio; e, em turno único das seguintes proposições: **02 - Projeto de Lei n. 09/2024**, que “dispõe sobre a alienação de áreas e a regularização fundiária em imóveis urbanos de domínio do estado de Roraima e dá outras providências”, (com emenda), de autoria do Poder Executivo; **03 - Projeto de Lei n. 166/2021**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da permanência de fisioterapeutas nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada, no âmbito do estado de Roraima”, (com emenda), de autoria da deputada Tayla Peres; **04 - Projeto de Lei n. 107/2023**, que “altera a Lei n. 965, de 17 de abril de 2014, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência nos limites territoriais do estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do deputado Armando Neto; **05 - Projeto de Lei n. 232/2023**, que “assegura às pessoas com transtorno do espectro autista o direito de ingresso e permanência de acompanhante terapêutico nas instituições de ensino públicas e privadas no âmbito do estado de Roraima”, (com emenda), de autoria do deputado Isamar Júnior; **06 - Projeto de Lei n. 240/2023**, que “institui a política estadual de prevenção da síndrome da depressão e do suicídio dos profissionais da segurança pública e dá outras providências” de autoria do deputado Neto Loureiro; **07 - Projeto de Lei n. 64/2024**, que “altera Lei n. 1.172, de 10 de abril de 2017 – A Lei que dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos”, de autoria do deputado Lucas Souza; **08 - Projeto de Decreto Legislativo n. 72/2024**, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Beija-Flor”, de autoria do deputado Rárisson Barbosa; **09 - Requerimento n. 148/2024**, que “requer a Vossa Excelência a realização de audiência pública sobre o “Combate a Mosca da Carambola: desafios e estratégias para a proteção e transporte da agricultura”, a ser realizada no dia 9 de dezembro às 09:00h no plenário deputada Noêmia Bastos Amazonas”, de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural.

Item I - Proposta de Emenda à Constituição n. 003/2024, de autoria do deputado Soldado Sampaio e outros. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto a Proposta de Emenda à Constituição n. 003/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. A relatora foi a deputada Aurelina Medeiros e o parecer foi favorável; o parecer da Procuradoria da Casa foi pela constitucionalidade da matéria. Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O líder do PMB, do Republicanos, do Podemos e do União Brasil orientam voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovada a Proposta de Emenda à Constituição n. 003/2024, em primeiro turno.

O Item II - Projeto de Lei n. 009/2024, de autoria do Poder Executivo, ainda está pendente de deliberação, mas é uma matéria que tem urgência por parte do Executivo.

Como foram apresentadas várias emendas ao projeto, precisando voltar à Comissão Especial para tratar da matéria. Vou suspender a sessão por 10 minutos, enquanto a Comissão Especial se reúne para deliberar este projeto de lei e logo em seguida, retornaremos a Ordem do Dia.

Estava tudo trabalhado, mas surgiram algumas emendas de última hora necessárias ao projeto de lei, apresentadas pela deputada Aurelina Medeiros e acatado pelo relator, deputado Marcos Jorge. Então, é necessário voltarmos a deliberar esta matéria na comissão.

Suspendo a Sessão por 10 minuto enquanto reunimos a Comissão Especial para tratar do projeto de lei. Peço aos deputados que permaneçam em plenário para podermos deliberar o restante da pauta que consta na Ordem do Dia.

Suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 009/2024, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto do Projeto de Lei n. 009/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. A Comissão Especial foi pela aprovação, sob a relatoria do deputado Marcos Jorge que acolheu várias emendas ao projeto; o parecer da Procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir o deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – De maneira muito sucinta, uma vez que acabei de fazer a leitura de todo o relatório na Comissão Especial, quero agradecer as contribuições de Vossas Excelências, presidente Sampaio, que em conjunto com o deputado Jorge Everton apresentaram a emenda de número um, que muito contribuiu com o texto agora aprovado na Comissão Especial; ao deputado Dr. Cláudio Cirurgião, que também apresentou emenda, relevante, que traz segurança jurídica aos títulos emitidos; em especial a deputada Aurelina Medeiros, que muito contribuiu para o texto final do relatório há pouco apresentado, Vossa Excelência que tem ampla experiência na questão fundiária do nosso estado em matérias que envolvem as pessoas que moram tanto em bairros mais afastados do centro, como também aqueles mais antigos aqui da nossa capital. E por fim, senhor presidente, procurei trazer equilíbrio à matéria uma vez que precisamos distinguir quais são as medidas em área urbana, da capital Boa Vista daquelas dos municípios do interior que tradicionalmente são lotes maiores com pessoas de baixo poder aquisitivo e que precisam ser atendidos também pelo poder público, portanto peço apoio dos colegas para aprovação da matéria.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Quero me somar ao deputado Marcos Jorge, parabenizá-lo pela relatoria. Parabenizar o governo do estado, o Poder Executivo, por mandar este projeto de lei tão essencial, já tramitava nesta Casa um projeto que de fato precisava de uma atenção especial desta Casa e assim foi feito. Os deputados se debruçaram sobre o projeto, sob a condução do relator, deputado Marcos Jorge, que mostrou compromisso, não só com a regularização rural, que já é uma pauta de Vossa Excelência, que com as emendas que Vossa Excelência fez e as dos demais deputados, criando todas as condições para que o governo do estado possa, sim, implementar o processo de regulação fundiária dos imóveis urbanos, em especial aquela preocupação dos mais necessitados terem direito a não ser tributado em um valor exorbitante.

Então, deputado Marcos Jorge, parabéns, você está dando aqui um passo importante com essa relatoria, dando as condições. O projeto veio para cá muito bom, mas sai daqui, hoje, excelente com sua relatoria para que o governo do estado possa implementar essa política de regularização urbana. Espero que não haja veto por parte do governo, porque se vetar, é um projeto que foi amadurecido, foi discutido está há quase um ano tramitando nesta Casa, então está pronto para ser votado.

Quero agradecer ao deputado Marcos Jorge e aos demais membros da comissão por se empenharem tanto e trazerem essa matéria que está redonda, como se diz no linguajar popular, para ser votada e ser sancionada pelo governador do estado.

Com a palavra, a deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Só para justificar e não enaltecer. Eu realmente não fazia parte da comissão, mas pedi para que pudesse participar, e o relatório do deputado Marcos Jorge é excelente, acho que fiquei preocupada com algumas questões que já faziam parte do pensamento do deputado Marcos Jorge, principalmente a distância que havia com relação à doação ou alienação de lotes em uma determinada área que era de interesse social, com outras mais antigas como o bairro dos Estados, Aparecida, São Francisco onde se costuma ter áreas de até 1.200 metros quadrados, 30 por 40, que dá 1.200 metros, tem a preocupação de também, às vezes, você tem no mesmo terreno da mesma família, pai, mãe, filho morando no mesmo terreno. Então, a lei corrigiu tudo isso, deputado Marcos Jorge, nós reunimos com a presidente do Iteraima, diante do relatório dele, tentamos mais algumas emendas juntos com o deputado Marcos Jorge, de forma que eu acho que agora, não há o que reclamar. Nós conseguimos tirar um pouco dessa questão, beneficiando a todos de forma igual. Obrigada a ele pelo cuidado que teve com o projeto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – A matéria continua em discussão. Houve um total de nove emendas ao projeto de lei, acatadas pela comissão e pelo relator.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria. Lembrando que o parecer foi pela aprovação na Comissão Especial, relatada pelo senhor deputado Marcos Jorge e o parecer da Procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria. Coloco a matéria em votação. A votação Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – Senhor presidente, encaminhamento de voto. O Podemos encaminha voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O líder do Podemos, deputado Isamar Junior, encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, encaminhamento de voto. O líder do Republicanos encaminha voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O líder do Republicanos, deputado Marcos Jorge, encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor presidente, encaminhamento de voto. O União Brasil encaminha voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O União Brasil, deputado Jorge Everton, encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente nós estamos votando com todas as emendas?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bem lembrado, sim, estamos votando com todas as emendas acatadas pela comissão.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Senhor presidente, encaminhamento de voto. Dr. Meton, vota “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Dr. Meton, que está de forma virtual, encaminha voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 19 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 009/2024, de autoria do Poder Executivo.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 166/2023, de autoria da senhora deputada Tayla Peres. A deputada não está presente, transfiro para a sessão seguinte.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 107/2023, de autoria do senhor deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 107/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. A Comissão foi pela aprovação da matéria; o parecer da Procuradoria foi pela constitucionalidade. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir o autor da matéria, o senhor deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Senhor presidente, este Projeto de Lei n. 107/2023 é de grande valia tendo em vista que aqui mesmo em nossa Casa, nós temos um painel onde temos uma tradutora de Libras, para os nossos deficientes auditivos, isso é de grande valia para quem realmente é portador dessa deficiência. E, nós queremos estender esse atendimento, essa comodidade, esse conforto ao SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente —, e nas representações públicas direta e

indireta do nosso estado, para que possamos também estender essa mão de uma forma solidária e de uma forma sensível, para quem passa por essa deficiência auditiva. E nós, Poder Legislativo, formadores e colaboradores de leis em nosso estado, que nós possamos levar projetos de leis dessa altura, desse quilate, para que possamos melhorar a vida desses deficientes que muitas vezes precisam da atenção do poder público, para que possam ter uma qualidade de vida.

Eu conclamo aos nobres pares, que possamos juntar forças e dar a nossa parcela de contribuição nesse projeto de lei, que será de grande valia para o nosso estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Quero parabenizar o senhor deputado Armando Neto pela iniciativa do projeto, obrigado pela contribuição, é muito importante essas iniciativas na defesa das pessoas com deficiência. O projeto de lei, do Estatuto do Deficiente, foi de minha autoria em meu primeiro mandato, eu tive a felicidade de apresentar esse projeto, aprovamos nesta Casa em 2014 o Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas já se passaram dez anos e naturalmente a sociedade é dinâmica e precisamos atualizar. Eu fico feliz por receber a sua atenção, a sua contribuição, aperfeiçoando ainda mais a Lei n. 965, inclusive, conclamo a sociedade e as entidades de pessoas com deficiência que avoquem esse estatuto, pois muitas pessoas ainda não fizeram uso e tem todo um arcabouço nessa legislação, todas as normas que garantem o direito das pessoas com deficiência no estado de Roraima.

Então, nesse sentido eu quero agradecer e parabenizar Vossa Excelência por estar atento e aperfeiçoar ainda mais esse projeto de lei.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Fico muito satisfeito, meu presidente, pelo carinho e poder contribuir também, passaram-se 10 anos e esta Casa, nós parlamentares, temos a obrigação de mudar, mas mudar para melhor, sempre contribuindo com o desenvolvimento do nosso estado. Eu como parlamentar, como cidadão, estou aqui para ajudar o senhor e qualquer outro deputado a sempre fazer o bem, sempre fazer o melhor pelo nosso estado, para as pessoas que precisam. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do Painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 20 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 107/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

Solicito a leitura ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa parecer e voto ao Projeto de Lei n. 232/2023 de autoria do deputado Isamar Júnior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 232/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa parecer e voto. Nas comissões a deliberação foi pela aprovação da matéria; o parecer da Procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria. Coloco em discussão a matéria.

Para discutir o autor da proposição, deputado Isamar Júnior.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – Senhor presidente, o projeto em discussão visa assegurar o ingresso e permanência de acompanhantes terapêuticos em instituições públicas e privadas aos alunos portadores do transtorno do espectro autista. Toda instituição pública ou privada tem o dever de prover os meios necessários para que a pessoa do transtorno do espectro autista possa frequentar uma sala de aula de ensino regular e caso comprovada a necessidade terá o direito do acompanhante especializado conforme assegura a Lei Federal n. 12.764/2012, completada pelo Decreto n. 8.368/2014.

Convém destacar que o projeto em discussão foi analisado pela CCJ a qual emitiu o parecer pela aprovação com emendas, além de obter nas demais comissões pareceres favoráveis. Então, eu conclamo aos nobres pares para que votem sim, nesse projeto, para que a gente possa dar maior comodidade, a essa classe do transtorno do espectro autista.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, deputado Marcinho Belota.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Deputado Isamar, eu quero parabenizá-lo pelo projeto. Vossa Excelência, como pai de uma criança especial autista, e eu como tio de um autista que é o anjo Gabriel na nossa família. Eu parabenizo o senhor pelo excelente projeto, nós sabemos o quanto esse acompanhamento é importante, desde já, quero reiterar o meu voto favorável, eu voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Eu quero me somar ao deputado Marcinho Belota para parabenizar o deputado Isamar Júnior pelo projeto de lei em discussão. É fundamental que a gente possa prover cada vez mais a inclusão de todos, deputado Jorge Everton, na sociedade e em especial quando falamos de educação. A educação transforma, todos sabemos o quanto é importante nós disponibilizarmos para as famílias que tem crianças especiais ou que tenham pessoas com condições especiais, o direito de acesso à educação e o presente projeto garante algo que é bom tanto para as famílias que têm condições e que necessitam de acompanhante terapêutico como também para as próprias instituições de ensino, deputado Coronel Chagas, nosso líder. Portanto, nós temos ali, creio que atendido o interesse de todas as partes, tanto da instituição de ensino, quanto das famílias que têm uma pessoa com transtorno do espectro autista.

Então, meus parabéns, deputado Isamar, o projeto é relevante, inteligente e que conta com todo o nosso apoio.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Lembrando que, a relatoria, do deputado Coronel Chagas, foi pela aprovação da matéria; o parecer da Procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Orientação de voto. O Republicamos orienta sim, senhor presidente

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – O Podemos orienta sim, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O União orienta sim, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em votação.

Dou por encerrada a votação. Por 21 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 232/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 240/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 240/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. A relatora das comissões, deputada Aurelina Medeiros, foi pela aprovação e o parecer da Procuradoria é pela constitucionalidade da matéria.

Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 22 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 240/2023, de autoria do deputado Neto Loureiro.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 021/2024, de autoria da deputada Joilma Teodora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 021/2024)

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Pergunto a deputada Joilma Teodora que está participando da sessão de modo virtual, está nos ouvindo deputada Joilma?

Eu vou suspender a tramitação do projeto, em virtude da deputada Joilma não se encontrar presente na sessão, transfiro o Projeto de Lei n. 021/2024, para a sessão seguinte.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Senhor presidente, o meu projeto estava na pauta, eu tinha saído, gostaria que voltasse a pauta.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acato o requerimento de Vossa Excelência, retorno ao item 3.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 166/2021, de autoria da deputada Tayla Peres.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, o parecer e o voto ao Projeto de Lei n. 166/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. A comissão deliberou pela aprovação da matéria e o parecer da Procuradoria é pela inconstitucionalidade. Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor deputado **Jorge Everton** – Orientação de voto. Presidente, o União Brasil orienta pelo voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O União Brasil orienta pelo voto sim.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – O Republicanos orienta sim, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O partido nota 10 em Roraima vota sim.

Registro a presença do vereador Marcinho, de Rorainópolis, parabéns pela recondução vereador, sucesso e um abraço a todos de Rorainópolis. Registro a presença do vereador Santos Júnior, de Caracarái, obrigado pela presença, seja bem-vindo a esta Casa. As lideranças políticas articuladoras Faradilson Mesquita, aqui presente, o homem do fato e não do fake, obrigado pela presença; O Jailson Mesquita que está aqui presente, obrigado.

Continua em votação a matéria.

Dou por encerrada a votação. Por 19 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 166/2023, de autoria da deputada Tayla Peres.

Retomando a sequência da Ordem do Dia, vamos votar o Projeto de Lei n.064/2024, de autoria do deputado Lucas Souza.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 064/2024.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 064/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. O projeto foi deliberado nas comissões na qual tramitou e o parecer da Procuradoria da Casa é pela constitucionalidade da matéria. Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, o senhor deputado Lucas Souza, autor da proposição.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Presidente, em síntese, adiciona dois parágrafos a lei. Parágrafo 1º - para garantir a gravação e a cópia da prova oral do respectivo candidato nos concursos públicos, que é um direito à ampla defesa, para poder recorrer em caso de desclassificação; Parágrafo 2º - garante um intérprete de libras para os candidatos que possuem essa condição especial de surdo ou mudo.

Se me permitem os colegas, eu queria fazer a defesa escrita só para fins de registro, também, para posterior divulgação. A aprovação desse projeto de lei é crucial para garantir a transparência e inclusão nos concursos públicos. Primeiramente, ao tratar-se de um procedimento administrativo, o concurso público deve obedecer aos princípios regentes da Administração Pública, conforme previsto no caput do artigo 37 da Constituição Federal, destacando-se o princípio da publicidade. A publicidade dos atos administrativos, essencial para assegurar a legitimidade e a transparência do processo. Um ato administrativo só é válido e eficaz se for devidamente publicitado. O Decreto Federal n. 9739, reforça essa premissa ao estabelecer que a prova oral ou defesa de memorial em concursos públicos, deve ser realizada em sessão pública e gravada para fins de registro, avaliação e recurso, isso visa garantir a eficiência organizacional e o aprimoramento da administração pública, promovendo uma gestão transparente e responsável. A gravação da prova oral não só assegura a observância da prioridade, mas também permite ao candidato exercer o direito de recurso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já reconheceu o direito do candidato de recorrer de resultados desfavoráveis, incluindo a disponibilização de gravação da prova oral para que ele possa entender os motivos de sua não aprovação e, se for o caso, impugnar a decisão, conforme acórdão do respeitável Ministro Mauro Campbell. Além disso, o projeto de lei promove a inclusão social, assegurar que candidatos surdos, mudos ou impossibilitados permanentes de falar, possam realizar a prova oral com auxílio de intérprete, utilizando a língua brasileira de sinais e demais recursos associados.

É a defesa, presidente, e peço a aprovação dos nobres colegas. De antemão agradeço também, o nobre Dr. Gustavo, que ajudou na elaboração desse Projeto de Lei tão importante. Obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Esse Projeto não tem emendas. Parabenizo o deputado Lucas pela iniciativa.

Continua em discussão. Não havendo quem mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O União orienta sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O União Brasil orienta pelo voto sim. O líder do União, deputado Jorge Everton, o União está mais unido do que nunca, já se passou aquela época.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas, presidente, o União na Assembleia, sempre esteve forte e unido com o deputado Dr. Cláudio, deputada Catarina e o deputado Jorge Everton.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Sabemos disso. Parabéns ao União Brasil pela qualidade dos deputados que compõem esta Casa.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 064/2024, de autoria do deputado Lucas Souza.

Projeto de Lei n. 140/2024, de autoria do deputado Eder Lourinho, ele não se encontra presente, transfiro para a sessão seguinte.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 072/2024, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lidos a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 072/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da ementa, parecer e voto. O parecer da Comissão foi pela aprovação e o parecer da Procuradoria foi pela constitucionalidade da matéria. Coloco em discussão a matéria.

Pergunto se podemos votar de forma simbólica? Alguma objeção? Todos concordam?

Não havendo quem queira discutir, a votação se dará de forma simbólica. Os deputados que forem favoráveis a matéria, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 072/2024, de autoria do deputado Rárison Barbosa.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 148/2024, de autoria da Comissão de Agricultura.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 148/2024).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a leitura da matéria. Coloco-a em discussão.

Não havendo quem queira discutir. Seria uma audiência pública no dia 09 de dezembro, para tratar do enfrentamento e combate a mosca da carambola.

Para discutir, o senhor deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – É uma matéria importante, presidente, eu estava preocupado com essa situação, estão dizimando plantações de mamão no estado de Roraima, nós temos que trazer não só técnicos daqui da agricultura, trazer técnicos da Embrapa, trazer técnicos do Ministério da Agricultura para nós acharmos uma saída. Roraima não pode, já tivemos a manga, já tivemos todos esses frutos, esses produtos tolhidos para sair do estado de Roraima. Nós não estamos dizendo, mas pode ser uma proteção do estado vizinho para querer embargar, proibir as nossas importações, nós temos que ficar atentos, chamar as entidades de classes, os responsáveis como Embrapa, Ministério da Agricultura e a Aderr, todos esses órgãos, para fazermos uma discussão bem consistente, para nós acharmos meios suficientes para vendermos os nossos produtos. Era essa a minha participação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Para discutir o senhor deputado Armando Neto, presidente da Comissão de Agricultura desta Casa.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Só para colaborar com o meu amigo e parceiro, deputado Gabriel Picanço. É uma audiência pública que será de grande valia, juntamente com as cooperativas, associações de agricultura familiar, que fazem este estado crescer, que alimentam a nossa sociedade, que enchem a mesa de uma forma farta, com o suor da sua testa e a força dos seus braços.

Nós estamos trazendo para esta Casa essa audiência pública para nos colocarmos no lugar da agricultura familiar do estado, nós temos em vista a mosca da carambola que trava o estado de Roraima. No Amazonas, nós não vemos esse entrave todo, às vezes, não pode transportar frutas, mas vamos ver um mecanismo de transportar essa fruta em forma de polpa, em câmara fria, de uma forma que ela saia lacrada do estado de Roraima e deslacre no estado do Amazonas. O que nós não podemos deixar é o nosso estado engessado, produzindo muito, produzindo bastante, servindo o estado de Roraima assim como o estado do Amazonas. E, nós nos esbarramos nesses entraves, que às vezes por questão administrativa, através de um TAC, de um consenso entre os poderes públicos, nós possamos oferecer a produção desse estado o conforto e a comodidade de produzir cada vez mais, gerar cada vez mais empregos e renda em nosso estado.

Essa é a nossa obrigação, vamos ter oportunidade nessa audiência pública de fazer essa somatória, essa união de forças, de pensamentos positivos e tentar dar um conforto melhor aos produtores do nosso estado. É para colaborar com o meu amigo deputado Gabriel Picanço. E, eu estendo o convite a todos os deputados, todas as classes, o público-alvo interessado nessa audiência pública, que nós possamos estar unindo forças para tentarmos pular essa fase, esse entrave que vem travando o estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Parabenizo a Comissão de Agricultura, através de sua presidência, o senhor deputado Armando Neto e os demais integrantes pela iniciativa. De fato se faz necessário fazer esse enfrentamento, concordo com o senhor deputado Gabriel Picanço, tem aí uma reserva de mercado. Mas hoje, com tecnologia suficiente, precisamos nos unir as políticas juntamente com a sociedade, com os produtores para encontrarmos uma alternativa, enfrentar essa mosca da carambola, saber se de fato está se materializando, se está existindo de fato essa mosca nas regiões que estão sendo anunciadas. Assim como também, buscarmos mecanismos de beneficiar os nossos produtos, as nossas frutas, para que nós possamos levar essas frutas já beneficiadas para o mercado vizinho em especial o do estado do Amazonas. Precisamos tomar as devidas providências, quero parabenizar o senhor deputado Armando Neto pela iniciativa, e desde já coloco toda a estrutura da Casa a sua disposição para convidar as melhores autoridades, os melhores especialistas, assim também como conchamar a sociedade e em especial aos produtores que participem, inclusive, nós temos que chamar para essa discussão a bancada federal.

Então, deputado Armando Neto, quero me somar a Vossa Excelência, quero estar presente nessa audiência pública, entendo que é de fundamental importância nós voltarmos a discutir isso de forma urgente esse enfrentamento da mosca da carambola no estado de Roraima.

Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir. Coloco a matéria em votação. A votação vai ser simbólica. Os deputados que concordam com o Requerimento n. 148/2024, de autoria da Comissão de Agricultura permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento n. 148/2024, de autoria da Comissão de Agricultura.

Senhoras e senhores deputados, damos por encerrada a Ordem do Dia. Partimos para o expediente de Explicações Pessoais.

Explicações Pessoais, o senhor deputado Marcos Jorge.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Presidente, eu quero parabenizar a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Roraima, pelo seu 45º aniversário. Hoje dia 26 de novembro estamos comemorando a instalação da Seccional em Roraima. Apresentei, inclusive, um projeto de lei já aprovado nesta Casa de n. 075/2024 que homenageia nesta data todos os advogados de Roraima. Portanto, a partir de agora o dia 26 de novembro é também o Dia da Advocacia Roraimense.

Quero em nome de todas as advogadas e advogados desta Casa, deputados e deputadas quanto aos servidores, quero parabenizar todos os advogados do estado de Roraima no dia de hoje.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em aberto o expediente de Explicações Pessoais.

Quero aqui parabenizar, deputado Coronel Chagas, a nossa Polícia Militar, hoje aniversariando 49 anos da nossa briosa Polícia Militar, que tanto serve a sociedade roraimense. Durante quase essas cinco décadas da Polícia Militar, serve tão bem a sociedade roraimense. Então, parabéns a nossa Polícia Militar e eu tenho orgulho de ter feito parte dessa corporação, que até hoje carrego e ostento o nome de soldado, oriundo das lutas e do tempo que estive a frente da associação dos policiais e como soldado da Polícia Militar tenho muito orgulho dessa fase da minha vida, compondo os quadros de praça da Polícia Militar.

Gostaria de dizer que fizemos muito pela Polícia Militar, deputado Coronel Chagas, Vossa Excelência é testemunha disso, foi autor e relator de várias matérias desta Casa, muitas vezes como situação, outras como oposição. E, a minha situação não era muito diferente, mas aprovamos aqui a lei de remuneração por subsídio, estatuto, código de ética, lei previdenciária, carga horária e outros avanços, como o quadro de promoção de ascensão funcional que foi construído a quatro mãos, envolvendo o governo do estado, a corporação, as entidades que representam os policiais.

E dizer, sem querer puxar o saco para a gente, deputado Coronel Chagas, da importância da categoria, compreender e ocupar o espaço nesta Casa, com dois deputados genuinamente oriundos da corporação, Polícia Militar, que defendem as bandeiras da Polícia Militar nesta Casa, nenhuma matéria passa por aqui antes de passar pelo crivo do deputado Coronel

Chagas e Soldado Sampaio, pela história que nós temos de compromisso pelos quatro mandatos nos dados pela corporação. Assim também, pela nossa atuação de estarmos sempre buscando melhorar e aperfeiçoar a estrutura da nossa Polícia Militar, visando a valorização desses homens e mulheres que compõem a nossa Polícia Militar.

Parabéns a Polícia Militar, ao deputado Coronel Chagas, eu também me sinto contemplado nesse rol de ser felicitados pelo aniversário da Polícia Militar. Quero estender as felicitações a todos os integrantes da Polícia Militar, aqueles que já estão em casa, do ex-Território, até mesmo do quadro do estado, aqueles que se encontram na ativa, sejam praças ou oficiais da Polícia Militar. Parabéns, Polícia Militar.

Explicações Pessoais, deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Gostaria de parabenizar a Polícia Militar de Roraima, a todos que fazem a Polícia Militar, nesta data que está completando 49 anos de criação da Polícia Militar. Entretanto, as origens da Polícia Militar vão mais longe, ela está lá também em 26 de novembro de 1944, com a criação da Guarda Territorial, do então território federal do Rio Branco. Passou-se trinta e poucos anos até que se criou, na verdade deu um novo nome à Guarda Territorial, foi quando passamos a ter a Polícia Militar.

A nossa instituição tem 80 anos de história, acredito que se não for a mais antiga é uma das mais antigas instituições de Roraima, desde os guardas territoriais que desbravaram esse estado e garantiram a soberania desse pedaço de chão brasileiro, em tantos conflitos que tivemos aqui nessa região, mantendo essa área territorial para o Brasil.

Chegando até os dias atuais em que a Polícia Militar está presente nos 15 municípios, em dezenas de vilas. Acho que é o braço do estado mais próximo do cidadão roraimense. Como o senhor falou, presidente, é grande a força da família policial militar, tanto é que em todas as legislaturas, nós temos deputados eleitos oriundos das fileiras da Polícia Militar, representando a Segurança Pública, legislando e procurando melhorar através das leis, do orçamento a qualidade do serviço prestado a sociedade roraimense.

Muitas leis nós trabalhamos juntos, sim, desde antes de sermos parlamentares, o senhor como presidente da associação, eu como oficial da PM, mas muitas leis nós buscamos trazer a esta Casa para aumentar efetivos, melhorar as leis da carreira e o orçamento, não só da Polícia Militar, mas em todos os órgãos da Segurança Pública.

Hoje, como o dia da Polícia Militar, parabéns a todos os policiais militares por fazerem da Polícia Militar de Roraima a melhor Polícia Militar do Brasil.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputado Coronel Chagas.

Continua em aberto o expediente de Explicações Pessoais. Antes de encerrar, gostaria de dar a devida publicidade ao Ato da Presidência n. 029/2024 que cria a Comissão Especial para analisar e emitir parecer sobre o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar n. 06/2019. Este projeto está aqui há mais de cinco anos tramitando nesta Casa, nós não temos mais como postergar e precisamos deliberar essa matéria. Já passou pela CCJ, foi criada uma Comissão Especial, solicito aos integrantes que possamos trazer ao plenário e deliberar essa matéria este ano. Compõe a comissão os deputados e deputadas: Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Marcos Jorge, Odilon, Rárisson Barbosa, Jorge Everton e Soldado Sampaio.

Caso algum deputado queira compor a comissão, ainda há tempo para poder integrar essa comissão e deliberar o Projeto de Lei Complementar n. 06/2019.

A Previdência Complementar está tramitando nesta Casa, o deputado Coronel Chagas tem interesse em participar da comissão. Adicionem o deputado Coronel Chagas aos demais integrantes. Dou a devida publicidade.

Não havendo mais nada a tratar, às onze horas e quarenta e oito minutos dou por encerrada a sessão, agradecendo aos senhores deputados pela presença dos nossos colaboradores e todos aqueles que acompanharam essa sessão de modo presencial ou através dos nossos meios de comunicações. Obrigado e um bom dia a todos, e convoco outra para o dia convocou outra para o dia vinte e sete de novembro à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Éder Lourinho, Gabriel Picanço, Idázio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rárisson Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 6943/2024-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE
PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE RORAIMA, RETIFICA** - na seção Atos Administrativos
referente à Resolução nº 6943/2024-SGP, publicada no Diário da
Assembleia Legislativa, edição nº 4305 de 03 de dezembro de
2024, devido à incorreção no período de usufruto das férias do
servidor (a) a ser sanado (a).

Onde se lê:

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a)
LEANDRA FRANÇA DO CARMO, matrícula: 26319, no período de
12/12/2024 a 26/12/2024, referente ao exercício de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se:

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a)
LEANDRA FRANÇA DO CARMO, matrícula: 26319, no período de
29/11/2024 a 13/12/2024, referente ao exercício de 2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a contar de 29/11/2024.

Palácio Antônio Martins, 17 de dezembro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS**RESULTADO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 06/2024**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RORAIMA
por intermédio do Superintendente de Compras, regularmente designado
pela Resolução Nº 2143/2024- SGP, de 10 de abril de 2024, torna público
o Resultado Final e a **HOMOLOGAÇÃO** do Pregão supracitado, oriundo
do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2024**.

OBJETO: Eventual Contratação de empresa especializada, por meio
da modalidade de serviço terceirizado de locação (outsourcing), para
fornecimento de uma solução tecnológica avançada e segura para a
Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR), visando à
modernização e otimização dos processos legislativos, proporcionando
maior eficiência e transparência nas atividades parlamentares.

VENCEDOR LOTE ÚNICO: VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA.
CNPJ: 23.921.349/0001-61

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 4.503.000,00 (quatro milhões, quinhentos
e três mil reais)

Boa Vista, 17 de dezembro de 2024.

Charles de Oliveira Parente
Superintendente de compras
Mat. 18.771
(Resolução Nº. 2143/2024-SGP)

